

**I CONACSO – CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS
DA INSERÇÃO EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS
23 a 25 de setembro de 2015
UFES, Vitória - ES**

Nas tramas do convencimento e da resistência à mineração do urânio e fosfato

Francisco Hélio Monteiro Júnior
Mestre e doutorando em Sociologia (PPGS – UFC)
Professor da Faculdade Luciano Feijão
heliomonteirojr@yahoo.com.br

**Vitória – ES
Setembro de 2015**

Resumo: Este artigo traz resultados parciais de minha tese de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS-UFC). Ele problematiza as estratégias discursivas do convencimento e da resistência, respectivamente favoráveis e contrárias ao Projeto Santa Quitéria de mineração e beneficiamento do fosfato e urânio no semiárido do Estado do Ceará. As estratégias de convencimento utilizadas pelo Consórcio englobam os discursos políticos da *abundância* e da *necessidade* e os discursos ambientais da *sustentabilidade* do empreendimento. Respectivamente, os argumentos se referem às reservas uraníferas existentes no país, à necessidade de explorá-las visando a diversificação da matriz energética brasileira e, por fim, à sustentabilidade da energia nuclear. Essas razões são questionadas pelos movimentos sociais e lideranças comunitárias, que se organizam na Articulação Antinuclear do Ceará com o intuito de democratizar o debate e discutir os riscos, silenciados pelo empreendedor, que envolvem a mineração do urânio para as comunidades diretamente impactadas pelo empreendimento. As suas estratégias incluem a produção de um debate público, com ações construídas coletivamente, como cartilhas acessíveis ao público em geral e contra relatórios técnicos, realçando os problemas ambientais e sociais que provocará o empreendimento e apontando “falhas” no processo de licenciamento ambiental.

Palavras-chave: Discursos; Convencimento; Resistência.

Introdução

Este artigo problematiza as estratégias discursivas de convencimento e de resistência, respectivamente, favoráveis e contrárias à construção, pelo Consórcio Santa Quitéria, de um grande complexo mineiro industrial de mineração e beneficiamento do fosfato e urânio no semiárido do Estado do Ceará. Trata-se de um projeto econômico de grande escala (PGE) como discutido por Baines (2014), Santos (2013) e Ribeiro (1985; 2008) que acarretará diversos impactos socioambientais para os grupos diretamente afetados por essa grande obra econômica.

O Projeto Santa Quitéria está sob a responsabilidade do Consórcio Santa Quitéria que é uma parceria público privada (PPP) entre a Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB)¹, empresa de economia mista, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que integra o consórcio juntamente com a empresa privada Galvani Indústria, Comércio e Serviços S. A. responsáveis pela instalação e operação da mina de urânio e fosfato de Itataia. O governo estadual, através da ADECE², investirá em obras de

¹ A INB possui monopólio do urânio no Brasil (Artigo 177 da Constituição Federal/1988), atuando em toda sua cadeia produtiva que vai da mineração a fabricação do combustível que gera energia elétrica nas usinas nucleares. Criada em 1988, a INB substituiu as Empresas Nucleares Brasileira S/A (Nuclebrás).

² Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE, Sociedade de Economia Mista sob o controle acionário do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 13.960, de 04 de setembro de 2007 e constituída pela Assembleia Geral de 28 de setembro de 2007, é uma Sociedade Anônima regida pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, por seu Estatuto e pela legislação especial que lhe for aplicável, vinculada ao

infraestrutura como pavimentação das estradas que dão acesso ao local da mina, adutora de água e fornecimento de energia

O empreendimento é justificado pelas lideranças políticas locais e nacionais e empresariado pela necessidade de alavancar a produção de fertilizantes tão cara ao agronegócio e ampliar a produção de energia nuclear no país. O uso da *competência do discurso técnico-científico* ou *fala autorizada e especializada* é a principal estratégia de convencimento utilizada pelo Consórcio. São planos de ação e documentos que apresentam cálculos de percentagem e estatísticas organizados em gráficos e tabelas que minimizam os riscos, quantificam os bens naturais e os traduzem em recursos que geram investimentos e lucros, disponíveis em relatórios técnicos, científicos e no estudo de impacto ambiental que se investe da mesma competência.

Com o discurso da *redenção* do semiárido pelo desenvolvimento, o Consórcio e apoiadores do Projeto Santa Quitéria (PSQ)³ defendem a geração, segundo suas estimativas, de mais de 2.000 empregos. Essas razões que se colocariam como imperativas são questionadas pelos movimentos sociais e lideranças comunitárias, que se organizam na Articulação Antinuclear do Ceará (AACE) com o intuito de democratizar os riscos que envolvem a mineração do urânio para as comunidades diretamente impactadas pelo empreendimento. As estratégias de resistência da AACE incluem a formação de uma arena coletiva e pública sobre o PSQ, que abrange a produção de cartilhas acessíveis ao público em geral, organização de grandes seminários sobre energia nuclear, agronegócio, mineração de urânio e fosfato com moradores das comunidades atingidas; elaboração de contra relatórios técnicos que também utilizam a *competência da fala autorizada e especializada*, apontando os problemas ambientais e sociais que provocará o empreendimento bem como “falhas” no processo de licenciamento ambiental.

As produções discursivas

A análise dos discursos assume um papel central na ecologia política e na antropologia do desenvolvimento como recurso metodológico para compreender as

Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE. Fonte: Estatuto Social, abril de 2014. Disponível em: <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/sobre-a-adece>. Acesso em: 07 abril 2015.

³ Daqui em diante o Projeto Santa Quitéria será referido apenas pela sigla PSQ.

percepções conflituosas das concepções⁴ de natureza e desenvolvimento presentes nos conflitos socioambientais (HANNIGAN, 2009; ESCOBAR, 1999). A antropologia do desenvolvimento em sua orientação pós-estruturalista afirma que linguagem e discurso não são reflexos da realidade social mas parte dela mesma, constituindo vias analíticas importantes para a compreensão dos elementos constitutivos da realidade (ESCOBAR, 1999). Assim, o desenvolvimento não é exclusivamente uma realidade traduzida em números e grandes projetos econômicos com um fim em si mesmo. O desenvolvimento depende da linguagem que o quantifica e tenta isolá-lo das suas construções simbólicas/nativas.

Para Escobar (1999) o conceito de discurso permite ao pesquisador ir além das dualidades que apartam o ideal do real, o simbólico do material, a produção do significado, permitindo descortinar as estratégias de legitimação discursivas presentes nas lutas discursivas sobre a viabilidade, os riscos, perigos dos projetos de desenvolvimento, como o PSQ. Analisar a produção discursiva (Foucault, 2004; 2006) é atentar para estratégias e ações, para o dito e não dito que são acionados pelos sujeitos sociais em concorrência a fim de estabelecer “verdades” e “des-verdades” sobre o PSQ. Como assevera Veyne (2011, p. 26) explicitar um discurso ou uma prática discursiva consiste em interpretar o que as pessoas fazem ou dizem, em compreender o que supõe seus gestos, suas ações, suas palavras e suas instituições.

Segundo Veyne (2011) os caminhos da aventura humana são compreensíveis pela utilização de algumas grandes palavras como universalismo, individualismo, identidade e racionalização. Eu acrescentaria a palavra desenvolvimento que, em conjunto com as outras palavras, se tornou um clichê que pouco explica os fatos. Deve-se observar que sob cada uma dessas palavras podem-se colocar coisas. São essas coisas que procuro explicitar a partir das “causas” e “efeitos” do Projeto Santa Quitéria, alocadas em dois conjuntos complementares: da problematização dos discursos do *convencimento* e da *resistência*. No primeiro conjunto, temos os discursos do desenvolvimento em que está presente a crença no crescimento econômico, na modernização, na industrialização pela exploração dos bens naturais; no segundo, os discursos do desenvolvimento como ameaça em que a ideia de desenvolvimento ganha outros sentidos como o de risco e perigo.

⁴ Concepções aqui se refere a um conjunto de ideias, hipóteses, obsessões, julgamentos, discursos e posições políticas que classificam o mundo real revelando as estruturas de significado em que se dá a luta por essa realidade.

Nas tramas do convencimento: os discursos políticos da *abundância* e da *necessidade* e os discursos ambientais da *sustentabilidade* do desenvolvimento

Em se tratando de um tema que envolve a geração de energia nuclear que tem na exploração do urânio sua matéria-prima e a produção de fertilizantes a partir do fosfato, a *competência do discurso técnico-científico* ou *fala autorizada e especializada*⁵ revelada em cálculos de porcentagem, probabilidades e estatísticas alocados em gráficos e tabelas que quantificam os bens naturais e os traduzem em recursos naturais que geram investimentos e lucros, disponíveis em relatórios técnico-científicos e em estudos de impactos ambientais acionados pelo Consórcio Santa Quitéria para legitimar sua posição.

Com isso objetivam minimizar os impactos socioambientais da mineração do urânio e do fosfato, que são apontados pelos movimentos sociais, e persuadir a população de Santa Quitéria, as lideranças políticas e comunitárias locais ainda não convencidas e a opinião pública de que vale a pena investir no PSQ como caminho mais acertado para garantir emprego e auferir maior arrecadação para o município de Santa Quitéria, com condições de revertê-la em conquistas estruturais para os distritos da zona urbana e rural.

Nota-se que para fortalecer o discurso da promoção do desenvolvimento local/regional acima mencionados, o Consórcio, favorecido pela parceria público-privada com a INB, trata o Projeto como de interesse público (e bom para todos) ainda que seja de iniciativa mista (público-privada) com participação do capital transnacional. A visada ampliação da produção de fertilizantes pela Galvani S. A. com a produção do fosfato de Santa Quitéria, atenderá os interesses econômicos da multinacional norueguesa Yara Agrofértil, líder mundial na produção de fertilizantes. Esses interesses se concentram na ampliação da produção de *commodities* para exportação, beneficiando as redes de empresas que conformam um emaranhado de interesses econômicos e políticos em torno

⁵ Bourdieu (2013, p. 95-102) afirma que a competência do médico ou do jurista é uma competência técnica instituída e garantida juridicamente, que lhe dá autoridade para se servir de saberes científicos que estão subordinados a um poder social que organiza o campo no qual são construídos e reproduzidos. O saber médico que diagnostica a partir de indícios corporais e verbais fornecidos pelo paciente, é construído por uma relação social dissimétrica em que é feita uma tradução dos relatos daquele nos termos que institui o campo médico, relativamente autônomo. Muito próximo ao mecanismo que institui essa competência está aquela que é delegada e que se investem acadêmicos que ocupam um lugar na burocracia técnica e especializada, autorizados para fazerem medição, testes, catalogação; convocados a darem pareceres, construir relatórios e estudos que estão investidos de legitimidade para construir e orientar uma leitura do mundo social.

da expansão da produção do agronegócio, alavancando sua posição na produção de fertilizantes no Brasil e no Mundo.

Em agosto de 2014, a Galvani. S. A. anunciou um acordo de *joint venture*⁶ com a Yara Agrofértil. Nesse acordo a Galvani se disponibilizou a vender 60% de suas ações, abrindo a participação do Grupo Yara no seu Conselho de Administração e Gestão. O referido Grupo atua na produção e comercialização de fertilizantes e matérias primas e na operação de um terminal portuário no Rio Grande (RS). Assim, embora essa “compra” não seja mencionada, a Yara Agrofértil é parceira na execução de projetos como o de Santa Quitéria e em Salitre⁷ onde estão investidos cerca de US\$ 900 milhões de dólares. O presidente da Yara Brasil afirmou sobre a formação da *joint venture* que “a parceria irá contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura ainda mais **rentável** e **sustentável**, ajudando a reduzir a dependência de fertilizantes no Brasil”.⁸ (Grifo nosso).

Esse discurso ecologicamente interessado se ajusta à defesa do empreendimento pela sua *sustentabilidade e necessidade*, partilhado com naturalidade pelos representantes do Consórcio. Em uma audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Santa Quitéria em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, realizada no dia 07 de abril de 2014, onde estiveram presentes diversas lideranças políticas, membros do MST, da Associação Antinuclear do Ceará – AACE, o Dr. Zé Roberto, funcionário da INB no Ceará fez, em sua fala, referência ao Plano Nacional de Energia (PNE-2030) que prevê maior investimento na diversificação das fontes de energia no país, para justificar a “importância nacional” do empreendimento.

⁶ *Joint venture* é um tipo de cooperação tecnológica que visa a transferência de tecnologia entre empresas estrangeiras e nacionais (privadas ou estatais). Esse tipo de acordo regulou, por exemplo, a cooperação tecnológica proposta no Acordo Nuclear Brasil/ Alemanha para a construção dos reatores nucleares de Angra I e II. Para Vidal (1988) esse tipo de cooperação confere vantagens à penetração do capital transnacional, mantendo as economias nacionais numa posição periférica. Em princípio os cooperados dividem a propriedade, os lucros, o processo de tomada de decisões e os riscos. Mas pelo domínio tecnológico aliado a maior rentabilidade obtida depois da cooperação, as empresas estrangeiras acabam exercendo o controle e os rumos da “nova” empresa. Para mais detalhes sobre os tipos de cooperação presentes no Acordo Nuclear Brasil/Alemanha cf. ROSA et al, 1988, p. 64 – 69. Sobre as *joint ventures* como estratégia de penetração estrangeira ou formas de dominação cf. VIDAL, 1988, p. 128 – 160.

⁷ Trata-se do Projeto Serra do Salitre de mineração de fosfato no município de Serra do Salitre, localizado no Alto Paranaíba, em Minas Gerais.

⁸ Cf. Raízes, informativo do grupo Galvani, Ano XII, nº 68, julho/agosto de 2014. Disponível em <http://www.galvani.ind.br/pdfs/raizes-68.pdf>. Acesso em: 20 agosto 2015 e “Cade aprova compra de controle da Galvani pela Yara Agrofértil” disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/10/cade-aprova-compra-de-controle-da-galvani-pela-yara-agrofertel.html>. Acesso em: 20 agosto 2015.

Após a exibição de um vídeo institucional, que teve a intenção de esclarecer o empreendimento desde a perspectiva do Consórcio, aliás os vídeos e apresentações em *Power Point* cumprem com uma formalidade institucional, mas são pouco didáticos e eficazes em levantar problemas e propor soluções, o Dr. Zé Roberto continuou, com o uso de uma linguagem técnica e pouco familiar aos grupos que estão fora das redes “tecnocientíficas”, quantificando a capacidade de produção da rocha fosfática, do ácido fosfórico, dos fertilizantes, do fosfato bicálcico e do concentrado de urânio (yellowcake) pela mina de Itataia.

Ao seguir sua fala, chega-se a uma miríade de documentos e planos elaborados sob encomenda do Governo Federal como a *Matriz Energética Nacional – MEN 2030* (2007, p. 143) que compõe com o Plano Decenal de Energia 2007/2016 e o *Plano Nacional de Energia - PNE 2030*, o documento basilar dos rumos que deverá seguir a política energética nacional e que afirma:

As expectativas de expressivo aumento do consumo mundial de energia, especialmente, as preocupações crescentes com a segurança energética e as pressões ambientais, sobretudo com relação às emissões de gases de efeito estufa, têm realocado a opção nuclear na agenda dos fóruns mundiais de energia, em geral, e dos países.

E segue em sua proposta de ampliação da geração de energia nuclear justificando-a por meio de uma leitura da *abundância*, que aponta a “razão do Brasil possuir uma das maiores reservas mundiais de combustível nuclear, o urânio, que não tem atualmente nenhum outro uso industrial corrente que não seja a geração de energia elétrica” (2007, p. 216 - 218). Outro argumento é o da *sustentabilidade* em que aparece a “necessidade de redução de níveis de emissões de CO₂ provocadas pelas demais fontes de geração térmicas”.

As redes de um “sistema de convencimento”⁹, que produz e reproduz esses dois discursos, perpassam instituições acadêmicas, repartições burocráticas do Ministério de Minas e Energia, publicações científicas e planos governamentais que, comparativamente, argumentam que as emissões de dióxido de carbono da cadeia energética nuclear são muito baixas, situando-se entre 10g e 50g de CO₂/KWh, próximo ao nível emitido pela

⁹ Expressão utilizada por Bruno Latour (2000, p. 295) para se referir às nações, instituições, laboratórios, cientistas, engenheiros, envolvidos na produção e reprodução em rede da tecnociência responsável por substituir crenças subjetivas por conhecimentos “objetivo” e “verdadeiros”.

cadeia energética eólica e muito inferior as taxas de dióxido de carbono da cadeia energética dos combustíveis fósseis, que variam de 450 a 1200g CO₂/KWh.

Dessa forma, o discurso da *abundância* e da *sustentabilidade* fornece legitimidade ao empreendimento, que é tratado como produto de um cálculo racional trazido pelo relatório da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que é favorável à expansão da energia nuclear, sem a qual a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás, não terá viabilidade econômica.

O PNE veio à tona em 2007 e desde então suscita um amplo debate acadêmico sobre os termos em que a geração de energia é colocada. Moralez e Favareto (2014), Magalhães (2014) e Moralez (2010) afirmam que o Plano corrobora a ideia de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico e que para se desenvolver é preciso ter mais energia disponível. Segundo Moralez (2010, p. 67) o texto do *PNE – 2030* “condiz com a promoção do crescimento incondicional. Como não há discussão sobre a interdependência dos problemas sociais e ambientais perante este tipo de crescimento, a área econômica aparece como bastante autônoma, deslocada de seu enraizamento nas estruturas sociais e no meio-ambiente”.

Portanto, é a rentabilidade econômica, associada a ideia de sustentabilidade proveniente do modelo de gestão que se pauta na modernização ecológica, que orienta as ações a serem planejadas e executadas pelo Governo Federal, a despeito da dimensão socioambiental que afirma-se estar presente e orientando a construção do PNE.

A defesa da “sustentabilidade” da geração de energia elétrica nuclear, aparentemente “mais limpa” do que outras fontes não renováveis como o carvão, o petróleo e seus derivados, silencia sobre a relação da mineração do urânio com a degradação do meio ambiente e comprometimento dos bens naturais que garantem a manutenção e reprodução da vida de pequenos agricultores e comunidades rurais de Caetitê, na Bahia e de Santa Quitéria, no Ceará.

De fato, o discurso da sustentabilidade encontra-se com a legitimidade daqueles que o afirmam. Na audiência pública, que difere da anteriormente citada, pois faz parte do processo de Licenciamento Ambiental do PSQ, que ocorreu em Santa Quitéria, em novembro de 2014, os representantes da INB e membros do Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN) se investiam constantemente da autoridade trazida pelos dados construídos por essa rede de instituições credenciadas para diagnosticar, planejar e estabelecer metas, recorrendo a seus dados e informando aos ouvintes de sua formação

científica e de seus títulos de doutoramento para estabelecer uma linha assimétrica de distanciamento dos interlocutores de outras áreas do saber e de todos os “outros” despossuídos dos códigos dominantes, portanto descredenciados para afirmarem algum conhecimento “verdadeiro”.

Utilizavam-se também de um discurso comparativo superficial que toma como referência unidades produtoras que estão em operação em outras localidades do país. Naquele momento a mina de urânio de Caetité foi apresentada como referência na gestão dos riscos ambientais e promoção do desenvolvimento local pela alocação de mão de obra.¹⁰ Um meio de comunicação acionado pelo Consórcio como instrumento de “democratização das informações” é a circulação de um Boletim Informativo impresso e disponível *online*¹¹, que, curiosamente, não chegou ao segundo número e algumas cartilhas esclarecendo a partir de seus interesses o que é radiação e a importância da exploração do urânio e fosfato. Ambos têm, portanto, um alcance bastante limitado para aquilo que se propõem: informar e promover um debate qualificado sobre a mineração do urânio e fosfato.

Somando-se aos discursos favoráveis para fomentar a mineração do fosfato de Santa Quitéria, tem-se ainda a produção da *necessidade* imposta pelo *discurso produtor* que responde aos interesses do agronegócio de produzir fosfato para atender ao mercado interno. O Brasil é o quarto maior consumidor mundial de fosfato que atende principalmente ao setor agrícola vertidos em fertilizantes, mas produz somente 4% dessa produção. Com a mineração do fosfato, em Santa Quitéria, pretende-se que o Brasil assumira sua autossuficiência na produção de fertilizantes. Aquilino Senra, presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), afirmou recentemente em entrevista ao jornal *O Povo* sobre Itataia:

É uma mina de fosfato, só que esse fosfato está associado ao urânio, já que os dois estão juntos na rocha. O Brasil é altamente dependente de insumos para fertilizantes agrícolas. O País é um gigante da área agrícola, mas é um gigante pé-de-barro, porque a maior parte dos fertilizantes

¹⁰ Esse discurso é reiterado apesar de ter sido objeto de contestação pelo relatório da Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, em 2011, que apontou que a mineração do urânio, em Caetité, provocou a diminuição da oferta de água, contaminou-a com resíduos de urânio, ocasionou a desvalorização das terras agricultáveis e comprometeu o escoamento dos produtos cultivados na região uma vez que eram evitados pelos consumidores que temiam os efeitos da radiação nos gêneros alimentícios. Essas denúncias foram recentemente reconhecidas pelo Ibama, que a pedido da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, determinou a suspensão do consumo da água dos poços da região de Caetité e Lagoa Real, na Bahia.

¹¹ Disponível em www.consorciosantaquiteria.com.br. Acesso em: 01 agosto 2015.

que usamos vem do exterior: 75% do potássio do Brasil vêm da Rússia. E 50% da nossa demanda de fosfato é importado. Isso cria vulnerabilidades. Além disso, os produtos não são bem distribuídos no País, já que 75% da demanda dos fertilizantes estão no Sudeste, 15% no Sul e 10% no Nordeste. (MARQUES, Janaína. Modelo inédito de extração será aplicado no Ceará. O Povo online, 27/07/2014.)

De fato, destacando os argumentos técnicos e políticos da execução do Projeto Santa Quitéria vê-se que ele é imprescindível no horizonte de expansão da geração de energia nuclear e do programa nuclear brasileiro. As justificativas no atual momento para a exploração da reserva mineral giram em torno das demandas estruturais de um modelo socioeconômico que tem no crescimento econômico e no estímulo ao consumo a promoção do “desenvolvimento”.

Nas tramas da resistência: a construção do espaço público como espaço do diálogo e das ações coletivas como estratégia de resistência ao desenvolvimento que chega como ameaça

Objetivando a construção de outras perspectivas de avaliação do PSQ os movimentos sociais reunidos na AACE contestam o discurso da *abundância*, da *sustentabilidade* e da *necessidade*, colocando em pauta modelos de desenvolvimento e gestão do território que valorizam as atividades culturais e econômicas da população rural que tem um sentimento de pertença com o lugar historicamente construído. Em encontros, seminários e audiências públicas buscam-se discutir e ampliar a percepção dos moradores sobre os efeitos negativos do empreendimento, que são minimizados ou negados pelo empreendedor.

Pode-se dizer que nos últimos cinco anos vem se formando uma efetiva arena pública de debate acerca do empreendimento a partir do momento em que passa a atuar nas comunidades impactadas pelo PSQ movimentos sociais com objetivo de auxiliá-las na construção de uma resistência ao caráter impositivo da obra. Um marco nesse processo foi o Seminário sobre a mina de Itataia, ocorrido entre os dias 04 a 06 de maio do ano de 2011, promovido pela AACE, que é composta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas diocesana de Sobral e Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde da Universidade Federal do Ceará (Tramas/UFC), lideranças comunitárias das comunidades impactadas e professores-pesquisadores da UFC, em que se discutiu os modelos de desenvolvimento, o que é e para que serve o urânio, o

que é energia nuclear, dentre outras questões que são basilares na desconstrução dos discursos do convencimento.

A audiência pública realizada pelo Consórcio Santa Quitéria em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 07 de abril de 2014, já referia neste *paper*, marcada pelo acirramento das posições dos interlocutores, também se constituiu em um momento de explicitação dos conflitos em que as posições sociais são assumidas, os interesses revelados e as estratégias de atuação de cada grupo junto às comunidades são acionadas para legitimar seus posicionamentos.

Elas se referem as formas de relação que são estabelecidas pelos grupos contrários e favoráveis à mina com os moradores. Essas formas são pautadas, de um lado, pelo distanciamento que trazem consigo o discurso da *abundância* que só vê o urânio e fosfato em grande quantidade no semiárido cearense e os números de empregos que serão gerados; de outro, pela relação de proximidade que AACE constrói com os moradores pautada na ação coletiva e tomando-os como sujeitos ativos e que são os principais interessados nas razões e consequências do PSQ:

A Articulação trilha caminhos nas comunidades de base para fazer jus ao planejamento. Escuta o povo, pergunta e constroem-se coletivamente conceitos a partir do entendimento das pessoas e através da contribuição dos/as facilitadores dos diversos momentos de reuniões. A principal ideia foi e continua sendo desmistificar a ideia de desenvolvimento ressaltada pelo governo e as empresas com a chegada do empreendimento e ao mesmo tempo reforçar os modos de vida camponesa que historicamente são enraizados nas comunidades e precisam ser valorizados e respeitados. (Erivan, membro da AACE)¹²

Nos seminários organizados pela AACE procuram-se desconstruir mitos que são construídos pelos argumentos do *convencimento*, como discutido anteriormente. Um deles defende a necessidade do fosfato para alimentar a cadeia do agronegócio, tomado como um modelo competente de produção que “resolveu o problema da produção de alimentos para o povo brasileiro”. (AACE, Ata de Seminário, 2011).

Ao contrário, AACE debate o agronegócio como um competente modelo de agricultura industrial e química que depende do amparo do Estado, por meio de incentivos fiscais. A agricultura familiar, por sua vez, gera mais trabalho e é, de longe, mais

¹² Disponível em <http://brasilantinuclear.ning.com/profiles/blogs/atividades-desenvolvidas-pela-articulacao-antinuclera-do-ceara>. Acesso em: 22 agosto 2015.

“sustentável” pela geração de emprego e renda que gera afinada com práticas de plantio e colheita menos degradante ao ambiente. (AACE, Ata de Seminário, 2011).

Trabalhando diretamente com a população rural, visam construir uma rede de interlocutores que se constituam como articuladores locais autônomos e empoderados para, se não gerar uma efetiva resistência (há moradores que afirmam categoricamente que contra o poder do Estado não podem nada), ao menos fortalecer a ação coletiva e a ideia de comunidade. A AACE utiliza também o espaço das redes sociais como meio de comunicação e para compartilhar informações relativas a mineração do urânio no Brasil e temas correlatos à geração de energia nuclear. Se no primeiro caso a estratégia é de convencimento, nesse a estratégia é denunciar as ameaças que representam os grandes projetos econômicos, incluindo aqueles referentes a única mina de urânio em operação na América Latina, em Caetité, na Bahia, e apontar as lacunas no EIA e fomentar uma crítica ao encaminhamento dos debates, sobretudo, em relação a postura adotada pelo Consórcio Santa Quitéria.

Na referida audiência do dia 07 de abril de 2014, ficou evidente como os grupos favoráveis ao PSQ se apropriam estrategicamente dos lugares e dessas ocasiões de debate, afirmando que a audiência representa um momento importante para a “avaliação dos desejos da população”, mas que se converte em mais uma oportunidade para apresentar vantagens da mineração do urânio e fosfato num clima crescente do acirramento das posições com os grupos contrários a obra.

Nas palavras da AACE “utilizam-se de uma democracia impositiva e chamam-na de participativa” (AACE, Ata de Seminário, 2011). A própria dinâmica das audiências públicas desfavorece a participação democrática. Os que falaram primeiro, e esse raciocínio também é válido para as audiências do processo de licenciamento ambiental, foram os legítimos representantes da fala autorizada, investidos da autoridade que o cargo público, a formação científica ou a representatividade lhes conferem.

Diante da imposição do discurso que impõe a necessidade da geração de energia nuclear e, por sua vez, da extração de urânio, as denúncias se constituem uma alternativa para afirmar o que não é dito. As denúncias geralmente são realizadas por entidades de defesa dos direitos humanos ou ONG’s ambientalistas como o Greenpeace que tem como bandeiras de atuação a luta contra mineradoras, extração do urânio e produção de energia nuclear. Os movimentos sociais produzem cartilhas acessíveis ao público em geral, organização de seminários envolvendo os moradores das comunidades impactadas e contra

relatórios técnicos realçando os problemas de ordem ambiental, social e de saúde pública que provocará o empreendimento.¹³

A Cáritas Diocesana de Sobral (CDS) em colaboração com a Articulação Antinuclear e moradores e lideranças comunitárias de Riacho das Pedras e Morrinhos, duas comunidades das mais de 25 comunidades impactadas pelo PSQ, construíram uma cartilha intitulada: *No Ceará: a peleja da vida contra o urânio*, em que procuram destacar o que é chamado de cultura camponesa com seu modo de fazer e ver o mundo. Dividida em nove capítulos, a cartilha procura responder questões sobre a mineração do urânio e fosfato e apontar caminhos alternativos a exploração mineral.¹⁴ Nela encontram-se contra-argumentos construídos numa linguagem coloquial que não prescinde de dados quantitativos para se contrapor às “interpretações oficiais”. Encontrei essa cartilha na casa de uma das lideranças comunitárias, que a apresentou todo orgulhoso de ter contribuído com a sua feitura.

Considerações finais

Finalmente, tanto nas estratégias de convencimento quanto nas de resistência ao PSQ, os discursos constituem um saber-poder com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas que balizam as vantagens econômicas, os riscos e perigos na manipulação de produtos e artefatos potencialmente radioativos. De alguma forma, os discursos são incorporados na fala do “outro”, pequeno agricultor, criador, desempregado, estudante que assimila e significa os elementos constitutivos desse debate a partir de um lugar específico que ocupa nas relações sociais de poder.

Existe um conflito explícito marcado pela produção e reprodução de verdades sobre os riscos, os perigos, as vantagens e os impactos do Projeto Santa Quitéria. E um outro

¹³ Remeto o leitor a uma nota do TRAMAS – UFC que integra a articulação Antinuclear, assinada em 16 de novembro de 2014, se posicionando em relação ao PSQ em que apontava uma série de lacunas no EIA/RIMA e cobrava procedimentos de caráter técnico e administrativo ausentes do referido documento e postura política mais democrática por parte do IBAMA, responsável pela condução das audiências públicas, visando a licença prévia (LP). Disponível em: http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2014/11/NOTA-TRAMAS_final.pdf. Acesso em: 17 novembro 2014.

¹⁴ A cartilha está dividida nos seguintes capítulos: 1. O chão da beleza merece ser respeitado; 2. Territórios ameaçados; 3. Urânio, fosfato e energia nuclear – o que é?; 4. Energia cara e perigosa: como o nuclear é explorado no Brasil; 5. As ameaças do presente que temos em Caetité; 6. Caminhos de luta da Articulação Antinuclear do Ceará; 7. Resistências camponesas; 8. Nas tramas da pesquisa-ação; 9. Alternativa camponesa à Mina de Itataia. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2014/01/No-Cear%C3%A1-A-Peleja-da-Vida-Contra-o-Ur%C3%A2nio-FINAL.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

conflito implícito que não é pelo estabelecimento de uma “verdade”, como haveríamos de cogitar prontamente. Mas pelo domínio de um conjunto de orientações (racionais - técnicas ambientais- sustentáveis; capitalistas - econômicas) e procedimentos que legitimam as interpretações acerca do Projeto.

Não foi minha intenção com esse artigo invalidar o conteúdo “objetivo” perseguido pelos apoiadores do PSQ e por aqueles que se colocam contrários a ele. Muito menos avaliar as estratégias discursivas adotadas ou cair num relativismo infrutífero afirmando, ingenuamente, que os dados que põem frente à frente os discursos do *convencimento* e da *resistência* são construções fictícias, no sentido de serem falsos.

Ao contrário, exatamente pelo fato do PSQ ter um papel econômico, político e cumprir com uma função social segundo interesses e orientações econômicas e políticas ligadas à uma agenda nacional e transnacional de desenvolvimento, os discursos que se confrontam estão lidando constantemente com o que é dito e como dizê-lo; o que é ocultado, ignorado, revelado e para quem se dirige os dados, as interpretações e as (in) formações. O que orienta essas questões são decisões políticas que munidas da linguagem técnico-científica intentam sua legitimidade.

Referências

- BAINES, Stephen G. Terras indígenas e projetos de mineração e usinas hidrelétricas na Amazônia: alternativas de desenvolvimento ou novas formas de dominação. In: *Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs*, 27 a 31 de outubro de 2014, em Caxambu – MG. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9124&Itemid=456. Acesso em: 22 abril 2015.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: *Pierre Bourdieu*. São Paulo: editora Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- _____. *Homo Academicus*. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Matriz Energética Nacional 2030*. Brasília: MME: EPE, 2007. Disponível em: http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/publicacoes/pne_2030/PlanoNacionalDeEnergia2030.pdf. Acesso em: 26 junho 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Plano Nacional de Energia 2030 (PNE – 2030)*. Brasília: MME: EPE, 2007. (v. 7: Geração Termonuclear) Disponível em: http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_7.pdf. Acesso em: 26 junho 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030)*. Brasília: MME, 2010. Disponível em: http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/plano_duo_decenal/Plano_Nacional_de_Mineraxo2030ConsultaPublica10NOV.pdf. Acesso em: 03 outubro 2014.

ESCOBAR, Arturo. Antropología y desarrollo. In: *Maguaré*, n. 14, p. 42 – 73, 1999.
Disponível em:
<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/11135/11803>. Acesso em: 20 agosto 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 22ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental*. Tradução de Annahid Burnnet. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MARQUES, Janaína. Modelo inédito de extração será aplicado no Ceará. *O Povo online*, 27/07/2014. Disponível em:
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/07/26/noticiasjornaleconomia.3288173/modelo-inedito-de-extracao-sera-aplicado-no-ceara.shtml>. Acesso em: 05 outubro 2014.

MAGALHÃES, Clarissa. As estruturas sociais do mercado de energia no Brasil. In: MORALEZ, Rafael; FAVARETO, Arilson (orgs.). *Energia, desenvolvimento e sustentabilidade*. 1ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2014.

MORALEZ, Rafael; FAVARETO, Arilson. Energia, desenvolvimento e sustentabilidade – definições conceituais, usos e abusos. In: MORALEZ, Rafael; FAVARETO, Arilson (orgs.). *Energia, desenvolvimento e sustentabilidade*. 1ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2014.

MORALEZ, Rafael Diego de Serrão. *Energia, desenvolvimento e sustentabilidade – elementos para uma crítica do paradigma mecanicista*. 128f. Dissertação (Mestrado em Energia) – Programa de Pós-Graduação em Energia do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC. Santo André, São Paulo, 2010. Disponível em: acesso em 15/05/2015.

RELATORIA DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE/RELATÓRIO DA MISSÃO CAETITÉ: *Violações de Direitos Humanos no Ciclo do Nuclear*. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/499Dhesca%20Brasil%20-%20Missao%20Caetite%20-%20Meio%20Ambiente%20-%202011.pdf>. Acesso em: 27 agosto 2014.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Proyectos de gran escala: hacia un marco competual para el análisis de una forma de producción temporária. In: BARTOLOMÉ, Leopoldo J. (org.). *Relocalizados: Antropología Social de las Poblaciones Desplazadas*. Buenos Aires: Ediciones del ides, 1985. pp. 25-47. Disponível em: http://ides.org.ar/wp-content/uploads/2012/05/3_Bartolome.pdf. Acesso em 24 março 2015.

_____. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: *Novos Estudos*, nº 80, março de 2008. pp. 109-125. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 25 março 2015.

ROSA, Luiz Pinguelli et al. Características da Estrutura de Produção da Energia Nuclear no Brasil. In: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. (org.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

VEIGA, José Eli da. (org.). *Energia nuclear: do anátema ao diálogo*. São Paulo: editora Senac São PAULO, 2011.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Sítios e documentos na internet:

www.inb.gov.br (Indústrias Nucleares do Brasil)

www.eletronuclear.gov.br (Eletrobrás Eletronuclear)

www.cnen.gov.br (Comissão Nacional de Energia Nuclear)

www.mme.gov.br (Ministério de Minas e Energia)

www.consorciosantaquiteria.com.br (Consórcio Santa Quitéria)

www.ceara.gov.br (Governo do Estado do Ceará)

www.adece.ce.gov.br (Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará)